

CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO N° , DE 2021 (Do Sr. ELIAS VAZ)

Requer a convocação do Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, para comparecer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC a fim de prestar esclarecimentos sobre a investigação conduzida pela CGU sobre suspeitas de corrupção na compra de vacinas no Ministério da Saúde.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 24, IV e 219, I; ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a **CONVOCAÇÃO** do Excelentíssimo Senhor Ministro da Controladoria-Geral da União, Sr. Wagner Rosário, para comparecer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC, a fim de prestar esclarecimentos sobre a investigação conduzida pela CGU sobre suspeitas de corrupção na compra de vacinas no Ministério da Saúde.

JUSTIFICAÇÃO

A Controladoria-Geral da União conduz procedimentos de investigação distintos para apurar as suspeitas de corrupção envolvendo negociações de vacinas no Ministério da Saúde e já cumpriu diligências sigilosas como depoimentos de citados, requisições de documentos e até mesmo buscas e apreensões de computadores, segundo matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo. (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/com-diligencias-sigilosas-cgu-contradiz-





CÂMARA DOS DEPUTADOS

ministro-bolsonarista-e-investiga-suspeitas-de-corrupcao-na-compra-de-vacinas.shtml? origin=folha)

O Ministro Wagner Rosário minimizou a gravidade das suspeitas que recaem sobre o contrato para a compra da vacina indiana Covaxin, antes mesmo de qualquer investigação. O relatório feito pela área técnica do órgão, que tem atribuição de fiscalizar os atos do próprio governo em busca de indícios de corrupção, contradiz as afirmações do Ministro.

Wagner Rosário disse que a apuração não duraria "mais que dez dias". Também omitiu a gravidade com que o assunto passou a ser tratado por áreas técnicas da CGU e forneceu informações distorcidas sobre prazo de apuração, natureza da investigação e motivação dos procedimentos.

O Ministro da CGU, em entrevista ao jornal, omitiu que se tratou de uma medida administrativa cautelar, adotada pelo corregedor-geral da União, Gilberto Waller Júnior. A Corregedoria-Geral funciona no âmbito da CGU.

Diante do ocorrido, é fundamental o comparecimento do Ministro da Controladoria-Geral da União, à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, na Câmara dos Deputados, para prestar os devidos esclarecimentos com a maior brevidade possível.

Sala da Comissão, em de julho de 2021.

ELIAS VAZ

Deputado Federal – PSB/GO



